

REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL: AGRONEGÓCIO E EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA¹

Adelma Ferreira Souza²

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva³

Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco⁴

Resumo: Este texto tem por objetivo debater os recorrentes processos de acumulação do capital e a questão da expropriação de terras como estratégias de expansão reprodutiva do sistema capitalista, baseado na condição de que este sistema utiliza-se de velhas e novas formas de cercamentos para continuar sua reprodução. Tem como base a pesquisa exploratória e pretende discutir numa abordagem materialista dialética, os atuais processos de acumulação de capital como contínuo inerente à acumulação capitalista a partir da análise de Marx, Harvey, De Angellis e do grupo de pesquisadores do Midnight Notes Collective da Revista *The Commoner*. Fizemos uso da análise documental e entrevistas para analisar a relação desta discussão teórica com um caso empírico de grilagem de terras de camponeses no Estado do Tocantins, Brasil. Como resultados preliminares, podemos afirmar que nos municípios de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos os camponeses sofrem dois tipos de cercamentos:

¹Texto apresentado no III Congresso Internacional de Problemas Latino-americanos, Universidad Nacional de Cuyo-UNCUYO, Mendoza, Argentina 30/11/2012.

²Graduada em Ciências Sociais (FFBS), Especialista em Gestão de Assentamentos Rurais e Reforma Agrária (UFLA), com Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM) e Doutorado em andamento em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

³Graduada em Ciências Sociais (UNESP), com Mestrado em Sociologia (UNICAMP), Pós-Graduação em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra - Portugal) e Doutorado em andamento em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

⁴Coordenadora e Professora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora Titular da FEAGRI/UNICAMP. Bolsista CNPq.

a forma clássica e a parlamentar. No primeiro caso, pelos sojicultores que, através de documentos forjados, ameaças e violências, expulsaram em 1995 em torno de 80 famílias de suas posses. No segundo caso, pelo Governo Estadual que com Decreto 436/97, desapropriou 105.000 ha para a produção de soja, desalojando mais de 100 famílias. Há mais de 15 anos esses camponeses com apoio de movimentos sociais, lutam para que a justiça brasileira resolva este conflito pela posse da terra e concedam-lhes os seus títulos de proprietários.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; Agronegócio; Expropriação camponesa.

Abstract: *The purpose of this study is to discuss the recurring process of capital accumulation and the question of land expropriation as a strategy for expanding reproduction of the capitalist system, based on the condition that this system deals with two types of enclosure, both old and new, in order to continue the process of reproduction. This study is grounded on an exploratory research project and using the method of dialectical materialism with reference to the works of Marx, Harvey, Angellis, and the members of the Midnight Notes Collective of The Commoner Journal intends to argue that the current processes of capital accumulation is a continuous and inherent process of capitalist production. Document analysis and interviews were used in this study to examine the relationship between this theoretical discussion and an empirical case of land grabbing in the State of Tocantins, Brazil. Preliminary research findings indicate that in the towns of Goiatins, Barra do Ouro, and Campos Lindos the peasants suffer from two types of enclosure: the parliamentary enclosure and the enclosure of common lands. In the first case by soybean farmers, who have forged documents, around 80 families have been displaced from their homes and lost their possessions in 1995, when they suffered from violent deeds and physical menace. In the second case, by the State Government, that with the Decree 436/97 expropriated 105,000 ha for the production of soybeans, displacing more than 100 families. These peasants encouraged by the social movements have been fighting for their rights for more than 15 years, in an attempt that the Brazilian Justice System should take steps to resolve conflicting land claims through legislation and to guarantee their rights to property.*

Keywords: *Primitive accumulation; Agribusiness; Peasant expropriation.*

1. Recorrentes processos de acumulação do capital

Este ensaio tem como objetivo discutir os processos de espoliação dos bens comuns dos camponeses dos municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos pertencentes à região denominada *Anel da Soja* no Estado do Tocantins no Norte do Brasil. Para tanto, algumas questões foram levantadas: Como se deram tais processos de expropriação das terras dos camponeses? A que tipos de violência foram submetidos? Quais as formas de resistências das famílias? E quais as consequências destes processos de expropriação para estas famílias?

Para nossa análise, tomamos como base o conceito de acumulação primitiva do capital desenvolvida por Karl Marx e as releituras feitas por David Harvey, Maximo De Angelis e por pesquisadores da Revista Científica "*Midnight Notes Collective*". Para a compreensão do caso estudado, foi realizada pesquisa exploratória junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT na cidade de Araguaína no Tocantins e entrevistas com os camponeses envolvidos nos conflitos com os sojicultores. Neste ensaio, discutiremos a questão da acumulação de capital e a expropriação camponesa numa abordagem materialista dialética, buscando entender as contradições e conflitos gestados pela ampliação da fronteira da soja no Estado do Tocantins.

A luta dos camponeses pela posse da terra é intrínseca à própria história do capitalismo que desde seus primórdios teve como base para acumulação primitiva do capital a usurpação das terras dos camponeses, processo que separa o trabalhador dos seus meios de produção, a exemplo de sua forma clássica na Inglaterra, onde ocorreram os cercamentos de campos, expulsão das populações agrárias e a especulação da propriedade da terra.

Segundo Marx (2009, p.875), desde a pré-história do capital a grande massa da população foi separada dos seus meios de produção e transformada em proletariado livres para vender sua força de trabalho, submetidos todos aos constrangimentos do mercado. Esta é a estratégia adotada pelo sistema capitalista que há séculos se utiliza de diferentes formas de expansão do capital, reproduzindo-se em escala sempre crescente com novas facetas e novos artifícios para apropriação e usurpação dos meios de produção, dos recursos naturais e dos bens comuns.

Para Marx (1996, p.256), a chamada acumulação primitiva – "ao invés do resultado histórico é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista" – está na origem do sistema de produção capitalista e, ao mesmo tempo, presente nas fases ulteriores da acumulação do capital. Todos os métodos utilizados para aumentar a força produtiva social do trabalho são métodos de

e elevar a produção da mais-valia e constituem-se como elementos da acumulação. São métodos para produzir a acumulação acelerada do capital, sobretudo nas fases seguintes à revolução industrial.

Desta forma, o debate que envolve os processos da acumulação primitiva não deve ser visto somente do ponto de vista do processo histórico que deu base à acumulação de capital na Europa, mas deve ser analisada a partir das diferentes estratégias para a expansão e acumulação do capital no mundo, como um processo contínuo, que configura a própria essência do capitalismo.

A partir deste ponto de vista, observa-se que historicamente a acumulação primitiva faz parte da gênese do modo de produção capitalista e reconfigura-se de forma diversa nas suas diferentes fases históricas. Por isso, não podemos falar em história da acumulação primitiva do capital como sendo parte apenas da sua fase pré-capitalista, mas, devemos percebê-la também nos distintos processos de acumulação ampliada do capital.

David Harvey (2004) contesta a análise de que a acumulação "primitiva" ou "original" utilizou-se de métodos predatórios, fraudulentos e violentos apenas na fase pré-histórica do capital: para o autor, tais processos não só continuam como também foram aprimorados na fase atual do capital, como podemos observar:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. A escravidão não desapareceu. (HARVEY, 2004, p. 121).

A crítica de Harvey (2004) sobre as novas formas imperialistas do sistema capitalista é de que, o capitalismo sobrevive às constantes crises de excedentes de capitais devido às estratégias de reorganização espacial do capital transferindo investimentos econômicos para as economias regionais subnacionais, que permitem a continuidade das atividades de rapina da acumulação primitiva e da expansão de sua forma mais recente de acumulação, a acumulação por

espoliação. A acumulação via a espoliação dos bens comuns utiliza mecanismos de privatização de terras e empresas estatais, da destruição estruturada de ativos de capital por meio da inflação, do desbaratamento de ativos mediante as fusões, aquisições e aumento dos encargos de dívida tornando populações inteiras presas à dívida, da delapidação dos fundos de pensões e desvalorização da força de trabalho existente. (HARVEY, 2004, p.123).

Para Harvey (2004), o que une a acumulação por espoliação e a reprodução expandida é o capital financeiro e as instituições de créditos, que têm o Estado como agente ativo neste processo, apoiando as necessárias mudanças legais, institucionais e estruturais para que ocorra uma ruptura "bem-sucedida" em direção ao desenvolvimento capitalista. Percebe-se, então, que o sistema capitalista remodela sua face diante das suas múltiplas crises e se reorganiza para garantir a continuidade do processo de acumulação e concentração de capital em uma escala sempre crescente, gerando tensões, desestruturando modos de vida tradicionais e destruindo o bem estar social das populações.

Maximo De Angelis também analisa a acumulação primitiva sob a perspectiva histórica e contínua das formas de ação do modo de produção capitalista, abordando uma análise mais verticalizada da acumulação. Rediscute o problema da separação dos produtores dos seus meios de produção como consequência do processo de acumulação do capital na sua fase original, mas também como processo inerente aos novos procedimentos de acúmulo de capital. Conforme De Angelis (2001, p.7-8), o conceito de separação é categoria central na crítica que Marx faz à economia política, que é o afastamento dos produtores dos meios de produção, transformando-os em objeto e em trabalhadores assalariados alienados.

Portanto, o conceito de separação proposto por Marx e reafirmado por De Angelis é a impossibilidade dos trabalhadores exercerem a sua condição objetiva de trabalho para garantia de seu sustento de forma independente, perdendo assim, a sua capacidade de auto expansão e autonomia.

Na interpretação de De Angelis sobre a diferença entre *acumulação e acumulação primitiva* não há uma distinção substantiva. No entanto, o autor foca sua análise nas condições e circunstâncias em que ocorre a separação do homem e de seus meios de produção.

Na visão de De Angellis o que as diferencia de fato, são as diversas estratégias que o capital encontra para garantir a sua existência e estas condições não estão relacionadas ao seu surgimento, mas à necessidade de permanecer enquanto sistema econômico.

Estas estratégias se apresentam, em outras formas para além dos "velhos" cercamentos, como em escravidão, processos de expropriação de terras, privatização dos bens públicos, dívida pública, sistema de crédito internacional, impostos, que De Angelis (2001, p.11) define como "contínua inerente" acumulação primitiva. Entendemos que a relevância desta reinterpretação de De Angelis sobre a questão da acumulação primitiva está na retomada do pensamento de Marx sobre a capacidade dos sujeitos históricos estabelecerem obstáculos ao processo recorrente de separá-los dos seus meios de produção.

Conforme De Angelis (2001, p.20), seja em que nação for, pessoas estão enfrentando substancialmente estratégias semelhantes de separação dos seus meios de produção e o movimento anticapitalista deve pensar alternativas que representem a luta dos povos pelo direito de acesso aos meios de produção que inclua a ideia de um bem comum. Em outras palavras, a importância desta discussão está nos limites que as lutas sociais colocam sobre a acumulação capitalista, como o caso empírico analisado neste trabalho.

Este debate acerca das "velhas" e "novas" formas de cercamento está também presente no artigo do grupo de pesquisadores do *"Midnight Notes Collective"*, cujo título é *"The New Enclosures"*. Tal artigo faz uma análise comparativa entre os "velhos" e os "novos" cercamentos como processos recorrentes da acumulação do capital em que ambas estratégias se apropriaram dos recursos naturais, terras e novo potencial de trabalho e transformaram os possuidores dos meios de produção em assalariados.

Assim como nas análises anteriores, o debate sobre os cercamentos é feito do ponto de vista marxista, analisado como o ponto inicial da sociedade capitalista, dando base à acumulação original e à transformação dos trabalhadores em assalariados. Por conseguinte, os "novos" tipos de cercamentos são um retorno ao caminho do acúmulo de capital e um componente estrutural da luta de classes, pois todas as formas de organização e poder do proletário necessitam de estratégias capitalistas para conter a força dos sujeitos históricos, sob a ameaça da sua extinção.

De tal modo, "o cercamento é um processo que unifica proletários através da história do capital, porque, apesar de nossas diferenças, todos nós temos entrado no capitalismo através da mesma porta: a perda da nossa terra e dos direitos a ela ligados" (*Midnight Notes Collective*, nº 2, 2001, p.2), e esta perda tem acontecido tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Observa-se nos "novos" cercamentos a reprodução do processo de ampliação do capital na América Latina, Ásia, África, na Europa e nos Estados

Unidos. Sob o discurso de "Crise da Dívida", "Ajustes Estruturais", os tentáculos do capital vão espalhando suas garras em todo o mundo, destruindo sistemas comunais seculares, apropriando-se de terras, provocando desempregos massivos, desvalorizando e reduzindo salários, transformando o trabalho em trabalho móvel e migrante, modificando geneticamente os alimentos para a nossa reprodução. Tais processos são denominados, pelo *Midnight Notes Collective* (2001: 4-6), de "*O Pentágono do Cercamento*".

Deste modo, o *Midnight Notes Collective* (2001) denuncia a ação combinada no mundo da perda dos direitos já conquistados pelas populações e a fragilização da classe trabalhadora, tanto em países capitalistas, quanto em países ditos socialistas, através dos diferentes disfarces dos novos cercamentos, provocando a contração dos "direitos comunais" nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos ou de "direitos socialistas" na União Soviética e China e a subtração de "direitos sociais" nos Estados Unidos; tudo isto, com objetivo de minar as resistências dos trabalhadores e garantir a continuidade do capital.

Podemos observar que uma análise comum entre os autores discutidos neste ensaio é o entendimento dos cercamentos como processos iniciais e contínuos de acumulação do capital e que tais processos também estão presentes nas estratégias do agronegócio para expansão do seu mercado de *commodities*, que sob o discurso da crise alimentar, vem se apresentado como a solução para resolver os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, gerando fortes pressões sob as terras tradicionalmente ocupadas.

Segundo Almeida (2012, p.102), as agroestratégias "compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras". Estas abarcam um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos legais e formais que impedem a expansão do cultivo de grãos, inclusões de novas terras para mercados de *commodities* e formulação de políticas governamentais para o setor agrícola.

Na análise Almeida (2012, p.118-124), as estratégias do agronegócio brasileiro estão focadas em cinco frentes:

1) *Redefinição geográfica da região da Amazônia legal*, excluindo desta geografia os Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão para ampliar as terras para a pecuária e cultivo de soja, cana-de-açúcar e eucalipto;

2) *Redução da reserva legal dos imóveis rurais*, este eixo busca aprovar, no Congresso Nacional e Senado a Reforma do Código Florestal, que propõe entre outras coisas a redução de 80% para 50% à área de reserva legal dos imóveis na Amazônia Legal, que já estão em andamento;

3) *Liberação de crédito para quem pratica crime ambiental*: nesta frente os ruralistas querem derrubar a portaria nº 96/2008 pelo Ministério do Meio Ambiente que limita crédito para quem pratica crime ambiental. Este grupo já conseguiu passar o problema para os Estados onde é mais forte o poder de pressão. Os ruralistas ainda desejam emperrar a efetivação do Decreto Federal nº 6.321/2007 que visa controlar o desmatamento, atualizar as informações do Cadastro de Imóveis Rurais e punir os infratores.

Estes agroestrategista já conseguiram a aprovação da medida provisória 422/2008 que aumenta de 500 para 1.500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação. Neste mesmo ano aprovaram também na Câmara de Deputados a medida que legaliza a situação de quem ocupou terras ilegalmente no passado e no presente. Com a aplicação desta medida provisória, corre-se o risco de legalizar terras griladas e dar direito de posse ilegítimo, o que resultaria novas invasões e desmatamentos.

4) *Redução da faixa de fronteira internacional*, neste ponto os agroestrategistas já avançaram, conseguindo a aprovação em 2007, da redução da faixa de fronteira dos 150 quilômetros atuais para os 50 quilômetros previsto na PEC, entre os estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para expansão das empresas transnacionais de celulose; esta PEC que permite ainda a compra de terras na Amazônia por estrangeiros;

5) *Ação empresarial em terras indígenas*: há uma pressão institucionalizada no legislativo e judiciário pelas empresas relacionadas a *commodities* agrícolas e de minerais na retração dos direitos territoriais dos povos indígenas no uso das terras para extração de minérios (estanho, ouro, ametista, cobre, nióbio, diamante e outros minerais). E já tramita na Câmara um projeto que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas.

Tais povos temem que a liberação desta autorização possa comprometer os recursos hídricos e as áreas usualmente destinadas às culturas alimentares, além é claro, das revogações legais dos direitos já conquistados sobre seus territórios. Para as comunidades quilombolas os efeitos destas ações seriam ainda mais desastrosos, visto que, estas atividades parlamentares têm como alvo a revogação do Decreto nº 4.887/2003 que garante a propriedade definitiva aos remanescentes de quilombos que já ocupam tais terras há séculos.

Estes agroestrategistas agrupam uma complexa coalizão de interesses, articulando a mídia para defender o mercado de *commodities* e relativizar os efeitos das mudanças climáticas; e os intelectuais, como especialistas para legitimar seus objetivos através da criação de ideias, inovações tecnológicas,

políticas e planos para o setor agrícola e agrário.

Álvarez Benavides (2005), na análise da globalização de acordo com a visão de Bourdieu discute que, o poder da globalização está na força do capital simbólico, que impõe um modelo neoliberal ao conjunto de países e cidadãos, produzindo formas autoritárias de dominação e relações de dependência, tendo como consequência direta o declínio do Estado Social, o empobrecimento dos países economicamente subdesenvolvidos e a estagnação dos direitos sociais conquistados.

Portanto, as agroestratégias representam relações antagônicas na luta de classes. De um lado estão empresários nacionais e transnacionais do agronegócio, setor energético e minerador que apoiados pelo governo brasileiro implementam uma política nacional de desenvolvimento baseado no discurso ufanista do "desenvolvimento" e "progresso". Do outro lado, estão os cidadãos, populações tradicionais ocupantes dos territórios brasileiros que lutam para defender os direitos minimamente já conquistados.

Estes territórios estão se transformando em regiões de interesses do capital, tal fenômeno é considerado recente e está sendo vivenciado em toda América Latina, onde o capital para expandir suas fronteiras, precisa extirpar "as inconveniências", "as externalidades", ou seja, os povos que secularmente habitam estes territórios.

2. Agronegócio e expropriação camponesa: o caso dos municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos

Os municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos estão localizados na região noroeste do Estado do Tocantins, no Brasil. Esta região é conhecida como *Anel da Soja*, visto que, faz parte de conjunto de municípios produtores de soja. (ver figura 1.)

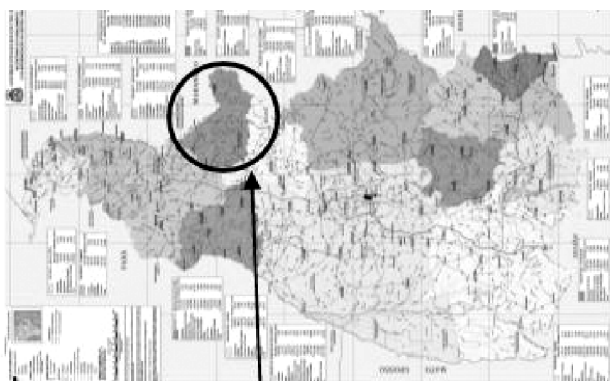
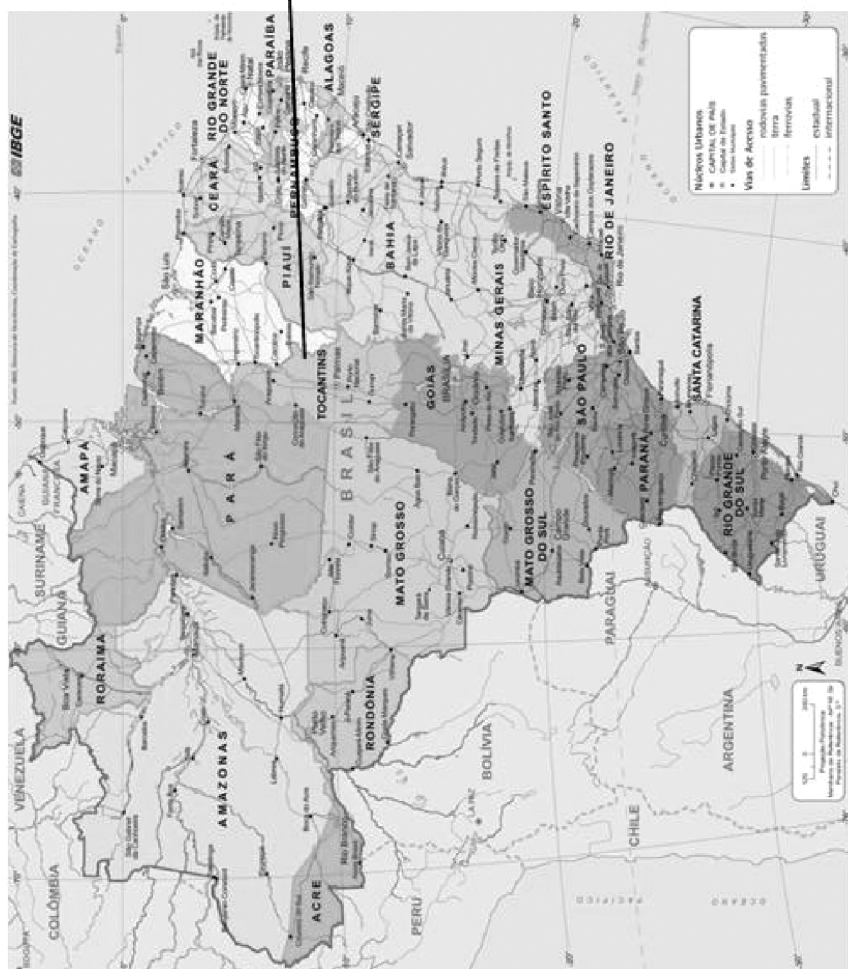


Figura 1 – Mapa Político do Brasil, Mapa Administrativo do Tocantins e Região de conflito entre Sojicultores e Camponeses.
Fonte: Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012. Site da Secretaria Planejamento do Estado do Tocantins, (SEPLAN) 2012.

Nestes municípios centenas de famílias camponesas estão sendo alvo das estratégias de expansão de terras para o agronegócio da soja e sofrendo com dois tipos de expropriações originais: primária e parlamentar, como denomina Virgínia Fontes (2010: 44-54).

No primeiro caso, já apontado anteriormente, é a forma clássica em que o capital separa os trabalhadores de seus recursos sociais de produção, impedindo-os da reprodução de suas condições objetivas. No segundo caso é a expropriação por decreto, através da promulgação de leis que extinguem ou dão poder a terceiros sobre terras tradicionalmente ocupadas.

Os camponeses dos municípios de Barra do Ouro e Goiatins estão vivenciando o caso clássico de acumulação primitiva do capital, que se dá por meio da forma direta e violenta de cercamentos de terras. Este processo se iniciou em meados dos anos 90, quando chegou à região um grupo de catarinenses com interesse na compra de terras para a produção de soja. Este fato desencadeou a especulação imobiliária provocando um aumento do preço de terras, motivando alguns posseiros a venderem suas terras para latifundiários e demais proprietários de terra do grupo de catarinenses.

Nesta mesma época, migrou para região uma família de Santa Catarina, liderada por Emílio Binotto que afirmava ser dono de uma área de 37.516.766 ha (terras da união)⁵, localizada na Gleba Tauá. A partir de então começou uma perseguição a essas famílias camponesas. Vale lembrar que conforme o documento elaborado pela Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia (2012) a área total da Gleba Tauá possui apenas 17.735.000 ha.

Os fazendeiros, intermediários de Emílio Binotto, para intimidar e expulsar os posseiros que não quiseram vender suas terras passaram a utilizar-se de métodos fraudulentos para "convencê-los", apresentando títulos de terra irregulares emitidos pelo Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS argumentando que as terras lhes pertenciam, caracterizando grilagem de terras.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT ainda não sabe exatamente o número de famílias que viviam na Gleba Tauá. A CPT realizará um levantamento social em torno desta terra, para identificar o número real de famílias, mas acredita que mais de 80 (oitenta) famílias viviam há mais de 60 anos nessa terra.

Destas, a maioria, (em torno de sessenta) com medo, saíram de suas terras, mas

⁵Dados retirados da Peça Informativa elaborada pela Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA-09 Palmas-O Fevereiro de 2012.

19 (dezenove) famílias resistiram e não aceitaram a expulsão. Assim, estes fazendeiros passaram a agir de forma ainda mais violenta, com apoio do aparelho estatal através da intervenção da Polícia Militar (PM) de Filadélfia, um município vizinho.

Os fazendeiros com o apoio da PM exigiam que estas famílias abandonassem suas terras e como estes se recusaram, queimaram então suas casas, mataram seus animais de trabalho (basicamente equinos) e o gado, passaram com trator em cima de suas roças, colocaram cruzeiros e velas nas entradas das suas posses (ameaça simbólica). E como tudo isso não fosse o bastante, contrataram pistoleiros que estão ameaçando de morte os (as) camponeses (as) que estraram na justiça com Ação de Manutenção de Posse em 05 de novembro de 2010 contra Emilio Binotto para defender o direito de continuar vivendo em suas terras⁶.

As famílias ficaram estão cercadas pelo plantio de soja (ver figura II), sofrem pelo envenenamento dos rios, a morte dos animais de caça (complemento da alimentação familiar), a baixa produtividade das roças de subsistência, o que está dificultando a criação dos pequenos animais, que faz parte da balança nutricional das famílias.



Figura 2 – Imagem de Satélite que mostra a propriedade de Raimunda Pereira dos Santos, na Gleba Tauá, completamente cercada pela lavoura da soja.

Fonte: Relatório de Vistoria elaborado pelo Engenheiro Agrônomo do INCRA/ SRFA-09. Dezembro 2011.

Desde 1995, estes camponeses lutam na justiça para defender seu território com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e da CPT. Este apoio foi intensificado em 2012, pois os camponeses conseguiram mobilizar órgãos e entidades responsáveis para discutirem o problema de violência e grilagem de terras que estão sofrendo.

No dia 26 de junho de 2012, ocorreu uma Audiência Pública na Gleba Tauá, em que estavam presentes representantes do Ministério Público Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Ouvidoria Agrária Regional, Terra Legal, Defensoria Pública Agrária, Polícia Federal, Delegacia Agrária e Polícia Militar.

Os representantes destes órgãos se comprometeram em punir o mais rápido possível, os pistoleiros já identificados, que queimaram as casas dos posseiros e que estão ameaçando-os de morte e se comprometem ainda averiguar os abusos cometidos por parte de policiais, como também o cadastramento dos posseiros que ocupam a Gleba Tauá.

Assim, atualmente, encontra-se em fase de regularização o processo de titulação das terras para as famílias que ficaram em suas posses. Está ocorrendo também um levante de um grupo de aproximadamente 80 (oitenta) famílias que ocuparam a Fazenda Santa Rosa (conhecida também por Fazenda Binotto), dentro da Gleba Tauá e se organizando para conseguir a retomada da terra.

Os municípios de Goiatins e Barra do Ouro são municípios de baixa densidade populacional. Segundo o IBGE/2010 em Goiatins residem 12.064: destes 7.115 habitantes residem no campo e 4.949 na cidade. E em Barra do Ouro, a população é 4.123 habitantes: 1.937 vivem no campo e 2.186 na cidade.

Nestes municípios não há expectativas de emprego urbano, a maior parte de seus habitantes vivem do trabalho no campo e a chegada da soja provocou a expulsão dos trabalhadores de suas terras e o êxodo rural, agravando ainda mais a pobreza na região, além é claro, do desmatamento em grande escala e problemas de saúde por causa do uso abusivo dos agrotóxicos.

Já os camponeses de Campos Lindos sofreram a Expropriação Parlamentar. Em 1997 o governador do Estado do Tocantins José Wilson Siqueira Campos assinou o Decreto 436 desapropriando uma área de 105.000 ha, na Serra do Centro, para fins de utilidade pública na implantação do Projeto Agrícola de Campos Lindos.

Segundo o Relatório: *"Do sertão à Periferia – a expropriação Camponesa*

*pela Expansão da soja*⁷, com o processo de desapropriação em Campos Lindos, as famílias de posseiros, que há décadas moravam na área objeto de desapropriação foram totalmente ignoradas pelo Estado no início da implantação do projeto.

Estas famílias nunca foram contatadas ou informadas sobre tal projeto pelos órgãos estaduais, apenas em março de 1998 o STR de Campos Lindos tomou conhecimento que o Governo do Estado havia emitido documento de posse da área de 105.000ha. A partir de então, os posseiros foram descobrindo que suas terras estavam sendo invadidas por empresários vindos de diferentes partes do país ou, então, destinadas à reserva legal do projeto, sem nenhuma negociação a respeito.

Segundo reportagem da Revista *Época* (2001, p.70), que traz no título *Negócios entre amigos*, estas terras foram doadas compulsoriamente pelo então governador Siqueira Campos com lotes de mais de 1.000 ha a pessoas aliadas ao governo e residentes em outros Estados (São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão e Goiás) de outro país (Portugal) e do próprio Tocantins.

Dentre eles o ex-presidente da Infraero Adyr da Silva (1.541ha), o ex-senador Casildo Maldaner (1.550ha), Tiago Bergonsi Turra (1.188ha), o ex-ministro da agricultura Dejandir Dalpasquale e seu filho Luiz Otávio (3.400ha), a então presidente da Federação da Agricultura no Estado do Tocantins (FAET), atual senadora Kátia Abreu (1.263ha), o presidente da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), Emiliano Botelho (1.731ha).

Este método de expropriação das terras camponesas no Tocantins se assemelha ao caso analisado por Marx, ocorrido na Inglaterra no século XVIII, onde a lei tornou-se um veículo de roubo das terras pertencentes ao povo. Conforme Marx, (2009, p.838), o processo de doação de terras a proprietários privados é uma forma de roubo que assume o contorno parlamentar, que por meio de decretos, tornam os bens comuns propriedades particulares através do cercamento de terras comuns onde os senhores de terras se presenteiam com os bens do povo. O caso aqui analisado difere em apenas um aspecto: foi o próprio Estado quem presenteou os senhores de terras com os bens do povo.

Estes produtores selecionados estão ligados a grandes cooperativas agrícolas,

⁷Este estudo foi elaborado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Alternativas para Pequena Agricultura do Tocantins - APA-TO e FASE em Maio de 2006. Está disponível em www.fase.org.br/

geralmente do Sul do Brasil, os quais assumem um sistema de produção e de comercialização que exerce um papel de influência e de demonstração de sucesso para os demais produtores de suas regiões.

Na época da desapropriação das terras, apareceram 27 (vinte e sete) fazendeiros reivindicando o direito de indenização, alegando serem ocupantes dos lotes com mais de 2.000 ha cada da fazenda Santa Catarina (desapropriada pelo decreto estadual). No entanto, muitos destes fazendeiros nunca foram vistos na região e receberam a indenização do governo estadual. (Processo Administrativo 08127.000074/97-82).

O Presidente do ITERTINS na época alegou o fato de que os 27 (vinte e sete) fazendeiros não tinham direito algum sobre a indenização milionária (R\$ 1.013.672,30, sendo R\$ 10,31 o valor de hectare) que receberam dos cofres públicos em 2001. No entanto, o Estado nada fez para reverter os pagamentos indevidos dessas indenizações.

Em relação à expulsão e cercamentos de terra por decreto parlamentar em Campos Lindos, desde 1995, estes camponeses, com apoio STR, brigam na justiça contra esta expropriação e após diversas mobilizações e intensas denúncias 82 famílias que viviam há mais de 40 (quarenta) anos na região foram contempladas com os títulos de posse emitidos pelo ITERTINS. Segundo relatório da CPT Araguaia/Tocantins, as áreas tituladas para os posseiros se sobrepõem às áreas destinadas à reserva legal do projeto (reserva em sistema de condomínio).

Como o projeto de produção da soja está consolidado neste município, estes camponeses que moram nas áreas de reserva legal, estão novamente sendo expulsos de suas terras, sofrendo a pressão por estarem reassentados na área de reserva ambiental, cercados pela produção de soja e acabam abandonando ou vendendo suas terras e migrando para a periferia da pequena cidade, sem renda, sem emprego e sem casa. (ver Figura 3).

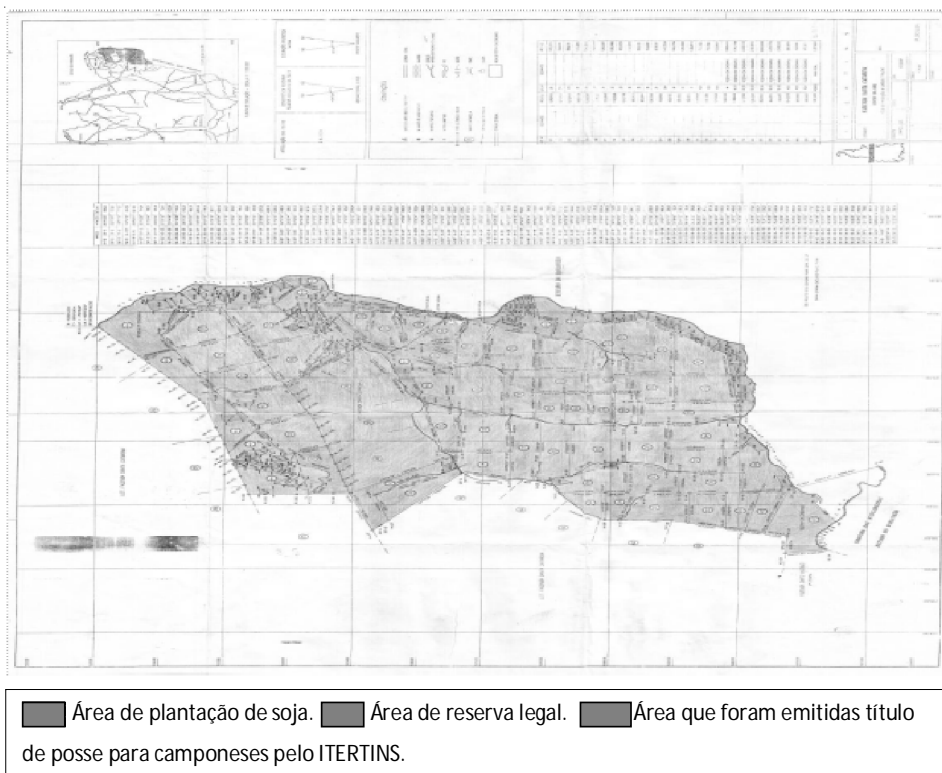


Figura 3 – Mapa da área Produzido pela CPT Araguaia-Tocantins.

Fonte: Comissão Pastoral da terra Araguaia/Tocantins, 2012.

Conforme ainda informações da CPT, antes da implantação do Projeto Agrícola de Campos Lindos, existiam na região da Serra do Centro muito mais do que as 82 famílias que foram contempladas com a titulação de suas posses.

Atualmente, o conflito entre camponeses e sojicultores se agrava, pois, está ocorrendo um movimento de resistência à expropriação de terras pelas famílias que foram excluídas do processo de regularização de posse, juntamente com outras que recentemente ocuparam parte das terras que outrora foram tituladas. Este movimento se fortalece a medida que, as famílias que foram reassentadas na reserva ambiental das áreas de plantio de soja estão se organizando contra as ameaçadas de expulsão da Associação PLANALTO (Associação dos plantadores de soja) que está movendo uma ação judicial de reitegração de posse contra estas famílias, alegando que as mesmas são invasoras da reserva

legal do projeto.

Segundo ainda o Relatório elaborado pela CPT, APA-TO, FASE e UFT, o agronegócio da soja trouxe ao município de Campos Lindos e para os camponeses inúmeros problemas sociais e ambientais. As terras dos camponeses estão sofrendo pela agressão do uso dos agrotóxicos sendo que as águas estão contaminadas, alterando o sistema produtivo das populações camponesas.

Outro prejuízo trazido pelo agronegócio da soja foi a diminuição significativa do extrativismo do buriti, pequi, buritirana que fazia a complementação alimentar. O gado antes criado solto agora está cercado para garantir a expansão da soja; houve diminuição das terras de plantio, aumento das pragas como: pulgão no feijão, cigarrinha, vaquinha no milho, amarelão, cascudinho, gafanhoto.

No Parecer Técnico Conjunto NATURATINS/IBAMA Nº 003/2004, estes órgãos de fiscalização ambiental apresentaram um conjunto de 34 (trinta e quatro) exigências socioambientais a serem cumpridas pela Associação de Plantadores do Alto Planalto (plantadores de soja da região) para a concessão da Licença Prévia (24) e de Instalação (10) do projeto agrícola.

Após três anos, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, depois da vistoria no local, publicou o Parecer Técnico Nº 33/2007, pelo qual se constatou que dos 24 (vinte e quatro) condicionantes para a liberação da Licença Prévia, apenas 4 (quatro) foram apresentados parcialmente e das 10 (dez) condicionantes para a licença de Instalação nenhum projeto foi apresentado. Isto significa dizer que, o Projeto Agrícola Campos Lindos desde o início está atuando de forma irregular e irresponsável, sem nenhum compromisso com as exigências legais que minimizariam os impactos ambientais e os conflitos sociais desta produção no município.

Campos Lindos é município com IDH muito baixo. Em 2000 o IDH de Campos Lindos foi de 0,580, ocupando a 131ª posição no Estado e 4.968ª no Brasil. Segundo dados do IBGE de 2000, 84% da população de Campos Lindos vive na pobreza e 62,4% na extrema indigência, ou seja, não ingerem o mínimo de calorias diárias para sobreviver. Em contrapartida, o município é recordista de exportação de soja representando em 2011, 42,06% do total da soja exportada pelo Estado de Tocantins.

Portanto, a produção da soja não apresentou nenhuma melhora para a maioria da população do município, pelo contrário agravou ainda mais a situação de pobreza e exclusão que havia no município. Já para a minoria de agroestrategistas, a aliança entre Estado e empresas apoiada pelo poder judiciário foram cruciais para a consolidação do agronegócio da soja nesta região.

Empresas multinacionais, como a Cargill, a Bunge, a Multigreen e a Agrenco, se instalaram no município, fornecendo aos produtores de soja créditos fáceis e mercado garantido. Da safra colhida, 90% é escoada para o porto de Itaqui/MA, de onde sai em direção aos mercados norte-americanos e europeus. Os 10% restantes, parte mínima, vai para as granjas do nordeste e para esmagadora da Bunge.

Desta forma, os processos de expropriações de terras nos Municípios de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos transformaram os camponeses em "estranhos em sua própria terra" (Thompson, 1998). Mas em ambos os casos de cercamentos das terras (original e parlamentar) nestes municípios, os camponeses resistiram à violência e expropriação de seus territórios.

Entendemos o território, na perspectiva defendida por Almeida (2004), como espaços construídos histórica e socialmente por pessoas que o ocupam e estabelecem suas identidades coletivas exercendo o controle e a gestão dos recursos naturais e devem ter direito de ter e manter o território já ocupado.

Considerações finais

Procurou-se neste trabalho a partir do conceito de acumulação primitiva, compreender os atuais processos de acumulação de capital como uma condição de continuidade para a acumulação capitalista.

Observa-se que está ocorrendo uma ação articulada do capital mundial reordenando as formas de produção e conseqüentemente de métodos para a contínua acumulação de capital, provocando a fragilização dos trabalhadores e precarização dos direitos já conquistados. Especialmente na América latina, tem ocorrido o reordenamento da estrutura fundiária com a ampliação de terras para o agronegócio, desterritorizando camponeses, indígenas e quilombolas.

Estes contínuos processos de acumulação do capital está transformando trabalhadores em "cavaleiros errantes", sempre migrando em busca de terra e trabalho. Mas também nota-se que os atingidos por esta onda planetária de desenraizamento estão criando formas de resistência velada e armada em defesa de seus direitos e suas formas de reprodução de vida.

Nesta perspectiva, podemos concluir que a ação dos camponeses de luta em defesa dos seus territórios contra o agronegócio, faz parte de uma luta histórica do capital contra os trabalhadores, considerando que o capital está sempre se renovando e desenvolvendo novas estratégias de acumulação como tendência histórica do processo de expropriação do trabalho humano.

Mas, entendemos também que a resistência desses camponeses se apresenta,

mesmo que localmente, como a capacidade destes de impor limites à própria reprodução do capital, colocando-se como sujeitos históricos, que, mesmo não estando diretamente vendendo sua força de trabalho para o capitalismo como operário fabril, estão sendo separados dos meios de produção perdendo seus bens comuns para os agroestrategistas, recusando-se a condição de sujeição a esta corrida "normal" da acumulação primitiva.

Referências

ALMEIDA, A.W.B. Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: RODRIGUEZ, J.E.B; RUFINO, M.R.C.F; RUFINO, D.M; SANTOS, D.T dos. (Orgs.). **Fronteiras, Diálogos e Intervenção Social no Contexto Pan-Amazônico**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.267-307.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**. Revista da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais - Anpur. v.6, n. 1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.anpur.org.br>. Acesso em: 20/04/2012.

ALVAREZ BENAVIDES, A.N. La globalización según Bourdieu. **Cuadernos de Trabajo Social**, n.18, ano 2, p.121-135, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS0505110121A>>. Acesso em: 10/06/2012.

DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". **Revista The Commoner**, n. 2, September, 2001. Disponível em: <www.thecommoner.org>. Acesso em: 20/04/2012.

CASTILHO, M.W.V.; CASTRO, J.G.D.C. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja**. Araguaína – TO: FASE/CPT/APA-TO, 2006. Disponível em: <www.fase.org.br>. Acesso em: 23/06/2012.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo** – teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 201p.

MARX, K. **O Capital**: Crítica à Economia Política. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. **O Capital**: Crítica à Economia Política. vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

MIDNIGHT Notes Colletive. **The New Enclosures**. Reprinted from Midnight Notes 10, 1990, The Commoner, n.2, September, 2001. Disponível em: <www.thecommoner.org>. Acesso em: 12/05/2012.

REVISTA ÉPOCA. Negócios entre amigos. **Revista Época**, ed. 147, 12 mar, p.70, 2001.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.